

A APEL lamenta que surjam publicamente informações que colocam em causa a integridade do processo de organização da Feira do Livro de Lisboa, uma vez que sempre pautou a sua atuação pelo rigor, transparência e abertura ao diálogo.

A este respeito cumpre-nos esclarecer:

- A APEL refuta as alegações de falta de transparência e reafirma que os critérios de participação são públicos e que todos os participantes que solicitam esclarecimentos são informados das razões que fundamentam as decisões tomadas, através de reuniões presenciais e respostas formais, individuais, sempre que requeridas.
- A APEL está sempre disponível para, com total transparência, recomendar modelos de participação que se coadunem com a visão, os princípios e os objetivos do evento.
- Tendo em conta as características físicas do Parque Eduardo VII, a prioridade ao bem-estar e segurança de visitantes e de quem ali trabalha, e o propósito de facilitar o contacto com os livros e promover a proximidade entre os vários atores da cadeia de valor do livro, após a adoção de um novo modelo em 2022 a Feira atingiu a sua capacidade máxima de crescimento em 2024, com 350 pavilhões.
- Nas duas últimas edições o número de pedidos de participação superou largamente a oferta disponível, o que impõe um cuidado acrescido na aplicação do Regulamento da Feira do Livro – documento público que é disponibilizado atempadamente a todos os interessados, no momento da abertura das inscrições e que está em permanência no site da APEL.
- Ciente deste desafio, a APEL tem procurado aperfeiçoar o modelo de distribuição dos pavilhões com base em critérios quantitativos e qualitativos, sustentando as decisões: nos dados de mercado disponíveis do setor editorial e livreiro; nas referências de livros ativas; nas iniciativas de dinamização e promoção do livro e incentivo à leitura ao longo da sua atividade regular; na diversidade e dimensão dos catálogos apresentados pelos participantes; na predominância do livro na oferta de cada participante na feira, nomeadamente em língua portuguesa e publicados em Portugal; no grau de consolidação dos respetivos projetos; no histórico da conduta de participação, nomeadamente, no respeito pelas regras do Regulamento e Manual da Feira e nas práticas prosseguidas, com vista a salvaguardar o bom nome e a reputação da APEL e seus associados, da Feira do Livro e do setor.
- Durante o período de inscrições, sempre que solicitado, a APEL procede a todos os esclarecimentos a respeito do Regulamento, que contribuam para uma fundamentação detalhada dos termos da inscrição e do modelo de participação de cada interessado.
- A organização do espaço procura assegurar proporcionalidade e equilíbrio, garantindo, simultaneamente, a pluralidade, a diversidade e a sustentabilidade da Feira.
- No que diz respeito à dimensão dos participantes, são seguidos critérios que promovem a equidade, salientando-se que, desde a renovação da Feira em 2014, incluindo a mais recente renovação de 2022, o peso proporcional dos participantes de maior dimensão no conjunto da Feira não cresceu.
- A Feira do Livro de Lisboa pretende continuar a integrar novos projetos editoriais, como tem feito ao longo dos anos, sempre que estes cumpram os critérios para a sua seleção.

- Na edição de 2026, está prevista a entrada de várias novas editoras independentes. A integração destes projetos é a principal prioridade na atribuição dos poucos pavilhões que ficam disponíveis entre edições.
- A APEL recusa todas as participações:
 - de que tenha conhecimento que integrem de forma direta, ou indireta, o pagamento de valores por parte de autores, como contrapartida da inclusão dos seus livros no pavilhão, de sessões de apresentação pública das suas obras, de sessões de autógrafos ou eventos análogos;
 - que anteriormente tenham evidenciado condutas incompatíveis com as regras regulamentares, designadamente a violação continuada das normas relativas à ocupação de espaços comuns;
 - cuja oferta na Feira seja centrada primariamente noutros produtos que não livros;
 - em que se tenha verificado o incumprimento reiterado dos prazos de pagamento.
- A respeito das áreas de restauração, esclarece-se que estas não ocupam espaços destinados aos pavilhões de editores e livreiros, nem condicionam a atribuição da totalidade dos 350 pavilhões disponíveis, mas, ao contrário, potenciam uma permanência mais prolongada dos visitantes no recinto, uma maior frequência e uma melhor experiência de visita, bem como melhores condições de trabalho aos colaboradores dos participantes.
- As alterações introduzidas nestes espaços traduzem-se essencialmente no aumento da área de esplanada (as quais proporcionam igualmente mais zonas de descanso e sombra) e resultam da necessidade de adequar o evento ao aumento significativo do número de visitantes que, nos últimos 10 anos, mais do que duplicou, destacando-se que os equipamentos de restauração não têm maior expressão do que a que tinham em 2014 [com metade das visitas].
- A título de exemplo, mais uma vez tomando como referência a última década, os espaços para a programação cultural aumentaram de 4 para 7 praças, o auditório duplicou o seu tamanho e lotação, e as instalações sanitárias passaram de 2 para 5 equipamentos.
- Por fim, a APEL reitera a sua disponibilidade, já publicamente anunciada, para prestar apoio a todos os seus associados cujas operações foram afetadas pelas tempestades que fustigaram a Região Centro nas últimas semanas, de modo ao rápido restabelecimento das condições para o exercício da sua atividade diária.

A Direção da APEL